



**POR UMA (TRANS)FORMAÇÃO AMBIENTAL:
REFLEXÕES SOBRE AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR E
INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE
UNIVERSIDADES SERGIPANAS¹**

Mônica Andrade Modesto² e Maria Inêz Oliveira Araujo³

RESUMO

Os cursos de Pedagogia, por estarem voltados para a polivalência no exercício da profissão, apresentam-se como um campo bastante propício para que discussões relativas à educação ambiental sejam feitas ao longo de todo o currículo. Todavia, para que isso possa acontecer, é preciso pensar em uma transformação da formação. Desse modo, o artigo reflete sobre possibilidades para tal formação a partir da análise curricular dos cursos de Pedagogia das universidades sergipanas, à luz de pensamentos centrais como ambientalização e interdisciplinaridade. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratório que utilizou como fontes documentos, livros, artigos, entre outros. Os resultados demonstraram que as possibilidades elencadas são exequíveis, entretanto, é preciso que novas reflexões permeiem a estrutura curricular dos cursos investigados.

Palavras-Chave: Formação ambiental. Formação docente. Currículo. Pedagogia.

ABSTRACT

The undergraduate courses in Pedagogy are very propitious as a field of discussions on Environmental Education throughout the curriculum, since they focus on polyvalent teaching practice. However, for this may happen it is necessary to think about a transformation in education. Thus, this paper reflects upon the possibilities for such education from the curriculum analysis of the undergraduate courses in Pedagogy of the universities located in the state of Sergipe, Brazil, in the light of key concepts such as environmentalization and interdisciplinarity. This is an exploratory research whose sources were documents, books, papers, among others. The results showed that the listed possibilities are achievable, however new reflections on the curriculum structures of the universities surveyed are necessary.

Keywords: Environmental education. Teacher education. Curriculum. Pedagogy.

¹ Recorte de pesquisa realizada em curso de Mestrado.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2016); Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (2014), Licenciada em Pedagogia (2012). Professora da rede estadual. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE).

³ Licenciada em Ciências Biológicas, mestrado e doutorado em Educação. Professora associada III da Universidade Federal de Sergipe, desenvolvendo suas atividades acadêmicas de graduação no curso de Pedagogia. Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/UFS.

REFLEXÕES PRIMEIRAS

Expressão pouco utilizada pela literatura que compõe a educação ambiental, a formação ambiental é comumente associada a uma formação específica para educadores ou a uma formação continuada de aperfeiçoamento ou de especialização. Entretanto, não é esse o significado mais apropriado para tal expressão, e também não é sob essa ótica que este escrito se desdobra.

De acordo com Leff (2001, p. 254), formação ambiental implica “um processo mais orgânico e reflexivo de reorganização do saber e da sociedade na construção de novas capacidades para compreender e intervir na transformação do mundo”. Dessa maneira, formar ambientalmente um sujeito é uma proposição que vai além da transferência de conhecimento. Nela, o conhecimento não se constrói de forma dissociada da construção de valores, nem se apoia nos fundamentos da racionalidade instrumental defendida e afirmada pelo paradigma simplificador instaurado na Modernidade, que tende a fragmentar as relações, sacrificando o todo em detrimento das partes (MORIN, 2000; LEFF, 2001; 2002), e no qual a educação tradicional teve seu fundamento epistemológico.

Pensar a formação ambiental implica pensar a transição desse paradigma para o da complexidade, que consiste em tratar o ser como capaz de pensar a realidade como um todo, se desvencilhando da forma fragmentada de pensar e fazer ciência – considerada como único conhecimento válido – e concebendo uma forma transdisciplinar de construir saberes e conhecimentos (MORIN, 2000). Nessa direção, a formação ambiental apresenta condições de desvelar aos sujeitos e, em especial, a futuros educadores, valores que se propõem a ultrapassar o modelo hegemônico de manutenção do *status quo* e, assim, promover uma transformação da realidade. Nas palavras de Leff, “o conceito de formação ambiental articula as formações ideológicas e conceituais com os processos de produção e aquisição de conhecimentos e saberes, num projeto histórico de transformação social” (LEFF, 2001, p. 254).

Nesse sentido, a formação ambiental é aqui significada como uma finalidade do processo pedagógico direcionado à formação de professores e voltada para a construção de valores que podem ser traduzidos em atitudes. De tal modo, não é um elemento explícito no currículo, mas intrínseco aos eixos que o compõem. Especificamente, trata-se aqui do curso de Pedagogia, tomando como objeto de estudo currículos propostos por universidades sergipanas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Pedagogia (DCN-Ped), em seu Art. 6º, instituem que as estruturas curriculares desse curso devem ser constituídas por núcleos de estudos divididos da seguinte forma: de estudos básicos (articuladores das teorias, dos fundamentos e das práticas educacionais); de aprofundamento e diversificação de estudos (voltados para as áreas de atuação profissional do pedagogo) e de estudos integradores (que vislumbram o enriquecimento curricular por meio de atividades relacionadas à pesquisa e à extensão) (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, o curso formará um profissional apto para exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal dos cursos de Ensino Médio e em cursos de Educação Profissional, abrangendo as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física, que deverão articular-se de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano (BRASIL, 2006).

O documento em questão não institui nenhuma obrigação quanto à presença da educação ambiental na estrutura curricular dos cursos de Pedagogia, limitando-se apenas a afirmar, no Art. 1º, que o curso deverá propiciar ao aluno conhecimentos relacionados, entre outros campos, ao campo ambiental-ecológico para que, quando estiver na prática, o professor saiba demonstrar consciência e respeitar a natureza ambiental-ecológica (Art. 5º) (BRASIL, 2006).

Em contrapartida, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), no Art. 2º, entende a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, p. 1) e, mais à frente, no Art. 8º, define que os instrumentos e metodologias presentes na prática pedagógica devem visar à “incorporação da dimensão ambiental, **de forma interdisciplinar**, nos diferentes níveis e modalidades de ensino” (idem, p. 2, grifo nosso), não devendo ser implantada como disciplina nos currículos dos sistemas de ensino, sendo facultada em cursos de pós-graduação e/ou de extensão a criação de uma disciplina específica, quando houver necessidade. Há ainda a observação de que, nos cursos voltados para a formação de professores, **deve ser focada a dimensão ambiental em todas as disciplinas**, conforme assegura o Art. 11 (ibidem). Esse posicionamento é reiterado pela Resolução nº 2/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA).

Desse modo, a formação ambiental de professores ancora-se na dimensão ambiental do currículo que, diferentemente da transversalidade – pressuposto de que é possível promover a aprendizagem tomando como ponto de referência a própria realidade de quem aprende; reconhecimento da multiplicidade das áreas do conhecimento e da possibilidade de trânsito por entre elas (GALLO, 2001) –, transcende o tratamento das questões ambientais do ponto de vista teórico, privilegiando a “inter-relação entre disciplinas, em um processo único de elaboração de conhecimento ativo, capaz de alterar a situação de inércia do indivíduo diante dos acontecimentos em sua sociedade” (ARAÚJO, 2004, p. 55), tomando, para tanto, a interdisciplinaridade como referencial para a ação pedagógica.

Nessa perspectiva, a dimensão ambiental requer que o ambiente, entendido como uma rede complexa de interações naturais, sociais, ecológicas e culturais (LEFF, 2001), seja tomado como objeto norteador do currículo e não como um tema ou um “penduricalho” que pode servir de “adorno” durante discussões entre as disciplinas curriculares, conforme afirma Sorrentino (2013), pois, assim serão apontados aos futuros professores caminhos para o desenvolvimento de atitudes de respeito e solidariedade para com o ambiente.

Mediante o que apontam os documentos aqui citados, dois caminhos, então, são possíveis para a estruturação curricular de um curso de formação de professores: 1) A ambientalização curricular. 2) A interdisciplinaridade como eixo curricular. A explanação dessas possibilidades norteia a análise do currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, que teve como objetivo identificar a partir de qual dessas possibilidades ele foi estruturado e se nele há condições de promover uma formação ambiental de futuros pedagogos.

A proposta de ambientalização curricular surge com o intuito de superar a ideia de que educação ambiental é um setor de estudo ou uma especialização da educação e de desvelar que os pensamentos que estruturam os currículos necessitam, com urgência, ser revistos à luz da dimensão ambiental, tomando como ponto de partida o entendimento de que a educação é capaz de mediar interesses e conflitos desencadeados por e entre os atores sociais que agem sobre o meio.

Segundo Guerra e Figueiredo (2014), sob a égide da ambientalização curricular, as instituições de ensino superior precisam instaurar mudanças que incluam, além de disciplinas, inovações de ordem conceitual, metodológica, atitudinal, estrutural e organizacional que permitam o enfoque interdisciplinar entre os campos do

conhecimento com vistas à formação de sujeitos envolvidos no processo formativo, vislumbrando propiciar a incorporação de vivências, práticas, princípios, atitudes e valores socioambientais capazes de transcender os espaços formais de ensino, atingindo assim uma formação ambiental. Nessa direção, uma formação ambiental requer da universidade uma nova mentalidade no que concerne à formação de professores (ARAÚJO, 2010). De acordo com Castro; Spazziani e Santos, essa nova mentalidade implica “reformulação metodológica, conceitual e curricular” (2012, p. 164).

Essas modificações perpassam decisões, intervenções e processos que, de forma intencional, modificam organizações curriculares, conteúdos, práticas pedagógicas, atitudes, pensamentos e, conseqüentemente, a cultura que deixa de ser reproduzida (KITZMANN; ASMUS, 2012). Assim, a ambientalização curricular é uma proposta que promove, em sua totalidade, a organização e o funcionamento do espaço de aprendizagem (independente do nível de ensino), resultando, desse modo, no comprometimento de cada membro que compõe esse espaço e afetando diretamente o currículo explícito e também o currículo oculto (GUERRA, 2011).

Todavia, apesar de essa proposta de ambientalização curricular apresentar-se como uma possível saída para uma formação docente transformadora, é preciso admitir que ainda são poucas as iniciativas nesse sentido. Com exceção de algumas propostas-piloto implementadas em algumas regiões do país, a formação docente vem pairando sobre uma formação fragmentada que reduz a educação ambiental a um componente do currículo, e o ambiente a um tema pontual.

Acerca da interdisciplinaridade como eixo curricular, é possível compreendê-la como uma proposta menos complexa que a ambientalização, pois consiste em promover inter-relações entre os componentes curriculares, mas mantém o modelo tradicional de estrutura curricular, a fragmentação departamental e o modo de gestão da instituição.

No processo inter-relacional entre os componentes curriculares, a interdisciplinaridade deixa de ser entendida enquanto campo teórico e assume uma perspectiva prática, posto que sua compreensão não pode reduzi-la a uma teoria ou a um método. O seu entendimento deve estar permeado no âmbito da prática porque é isto que ela necessariamente é: uma prática pedagógica inscrita no horizonte da reconstrução do mundo atual e da ressignificação da vida; estágio de um processo de aprendizagem no qual “a criatividade do pensamento e as mudanças sociais se entrelaçam na busca de novos sentidos de civilização e de alternativas de organização para o desenvolvimento dos povos” (LEFF, 2001, p. 184).

Sob o ponto de vista de Loureiro (2006, p. 76), a interdisciplinaridade como eixo curricular é:

Uma prática intersubjetiva que associa conhecimentos científicos e não científicos e relaciona o racional com o intuitivo, o cognitivo com o sensorial, buscando a construção de objetos de conhecimentos que se abram para novas concepções e compreensões do mundo (natural estrito senso e histórico) e para a constituição do sujeito integral. Portanto, esta se traduz como um trabalho coletivo que envolve conteúdos, disciplinas e a própria organização da escola e das ações não formais.

Assim, independente da proposta sob a qual está estruturado um currículo, ressignificar o conhecimento construído ante o enraizamento da mensagem oculta do currículo, que promove a alienação e a divinização do “eu” que fora introjetado nos subconscientes ao longo dos tempos, é o maior desafio a ser superado para o alcance da dimensão ambiental do currículo e, conseqüentemente, da formação ambiental.

Por mais que a PNEA e as DCNEA apontem qual o caminho a ser trilhado, muitas das proposições curriculares relacionadas à educação ambiental, à dimensão e à formação ambiental são difíceis de ser alcançadas porque é preciso que os professores se disponham a ler a complexidade do mundo, a abrir-se para o “novo” e para a participação e pressão para que esse novo surja (GUIMARÃES, 2012). Isso implica em sair de uma zona de conforto estabelecida e em abrir mão de convicções tidas como verdade. No entanto, muitos professores, ao alcançarem determinados níveis de carreira, não se propõem a tal desafio.

Frente a essas proposições, tornou-se pertinente uma análise curricular dos cursos de Pedagogia das universidades sergipanas. Em Sergipe, existem duas universidades em funcionamento que ofertam o referido curso: Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Tiradentes (UniT), ambas com aproximadamente 50 anos de existência.

As análises foram feitas à luz da técnica da Análise de Conteúdo por se considerar esse procedimento metodológico o mais adequado para a análise documental, visto que, segundo Guerra (2014, p. 62), ela é capaz de desvelar ao pesquisador duas dimensões: a descritiva (ao tempo em que descreve o documento) e a interpretativa (ao tempo em que faz emergir “interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos, cuja articulação permite formular as regras de inferência”).

Para a compreensão do conteúdo analisado, foram delimitadas como categorias: a educação ambiental explícita (referente às ações do currículo que traziam na nomenclatura e/ou ementa a expressão educação ambiental) e a educação ambiental implícita (referente às ações do currículo que tratam na nomenclatura ou na ementa de temáticas relativas à educação ambiental como: ambiente, questões ambientais, natureza, entre outras). Tais categorias são fundamentais na concepção crítica de currículo, a qual o entende como instrumento de poder que pode servir para formar sujeitos aptos a manter o *status quo* da sociedade ou para emancipar sujeitos aptos a transformar esse *status quo* (SILVA, 2013).

Os currículos dos cursos de Pedagogia das duas instituições foram estruturados tomando a interdisciplinaridade como eixo central para a distribuição de conteúdos entre os elementos curriculares, conforme foi identificado nos projetos pedagógicos que os orientam. Essa escolha segue as proposições das DCN-Ped. A partir desse diagnóstico, foram analisados os componentes curriculares no que concerne à educação ambiental.

REFLEXÕES SEGUNDAS

Possibilidades para a formação ambiental no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe

O atual currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe é resultado de uma série de reformulações que ocorreram ao longo desses 47 anos de funcionamento. Em 2008, foi feita a reformulação que vigora até o momento. Essa reformulação apresenta um prisma unitário da sociedade e da educação que vislumbra “a aproximação de teoria e prática, o respeito e o reconhecimento dos diferentes saberes existentes em toda relação pedagógica” (BRETAS, 2009, p. 43), tomando como princípio primeiro a interdisciplinaridade, segundo a mesma autora. Dessa maneira, os conteúdos relativos aos eixos temáticos (campos do conhecimento educacional; sociedade, Estado e educação; prática educativa; currículo, conhecimento e diversidade sociocultural; política e gestão em educação; docência, infância, juventude e cultura; e educação e comunicação⁴) são problematizados de forma integrada ao longo do curso das disciplinas que também são articuladas aos conhecimentos de outras áreas,

⁴ Informação extraída da Resolução nº 25/2008/CONEPE.

corroborando assim as indicações contidas nas DCN-Ped. Esses eixos temáticos são distribuídos entre as 64 disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso, dentre as quais 48 pertencem à gama obrigatória e 16, à optativa.

Dessa maneira, verificou-se, mediante a categoria “educação ambiental explícita”, que apenas a disciplina Educação e Ética Ambiental apresenta de forma manifesta conteúdos relativos à educação ambiental, permeando os aspectos históricos e normativos da mesma, sua epistemologia, a dimensão educativa dos estudos ambientais e sua inserção nos espaços escolares e não escolares. Todavia, verificou-se que há uma grande potencialidade para a promoção da abordagem ambiental da formação, uma vez que um quantitativo considerável de disciplinas elenca algum conteúdo capaz de desvelar essa promoção, conforme os dados apresentados no Quadro 01.

Quadro 01 – Conteúdos potenciais para uma formação ambiental no currículo de Pedagogia da UFS

Disciplina	Conteúdos
Fundamentos Filosóficos da Educação (*)	As correntes filosóficas
Fundamentos Sociológicos da Educação (*)	Relação entre educação e sociedade
Introdução à História da Educação (*)	Doutrinas pedagógicas
Antropologia na Educação (*)	Sociedade, escola, cultura e conhecimento
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem I (*)	O desenvolvimento humano e as condições sociais de existência
Fundamentos da Investigação Científica (*)	A ciência moderna e os cientistas
Política e Educação (*)	Transformações econômicas e políticas dos séculos XVII a XIX e a educação
Trabalho e Educação (*)	A relação trabalho e educação
Ensino de Ciências nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (*)	A relação entre ciência, tecnologia e sociedade
Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (*)	Concepções de História
Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (*)	A relação entre Geografia, sociedade e educação
Educação do Campo (*)	Relações econômicas e sociais contemporâneas no campo e na cidade
Política e Gestão Educacional II (*)	Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular.
Educação e Movimentos Sociais (**)	Movimentos sociais na América Latina e no Brasil
História Econômica Geral e do Brasil (**)	Relações entre História e Economia

Fonte: Elaborado a partir das informações extraídas do anexo IV da Resolução nº 25/2008/CONEPE.

Legenda: (*) Disciplina obrigatória

(**) Disciplina optativa.

À primeira vista, os conteúdos listados no Quadro 01 podem até parecer distantes da educação ambiental ou dar a impressão de que não se relacionam a ela, mas, retomando as discussões aqui abarcadas, observa-se que há um ponto comum entre eles: a relação entre o homem, a cultura, a história e o ambiente, não havendo educação ambiental que desconsidere essa relação. Ratificando o que fora apontado por Bretas

(2009), as disciplinas convergem para a consolidação da abordagem relativa aos eixos temáticos e para a mescla dos mesmos ao longo do curso. Dessa maneira, há uma abordagem de conteúdos variada em cada semestre, intercalando-se disciplinas de caráter técnico-pedagógico e epistemológico, do início ao fim do curso.

Esse fator é potencial para que se faça uma abordagem ambiental quando da ocasião do desenvolvimento dos conteúdos, posto que ao se trabalhar as correntes filosóficas, por exemplo, é possível tratar do desencantamento do mundo e da busca pela racionalidade que remete aos gregos e que ocasionou o desencadeamento de um entendimento científico e instrumental do mundo, no qual “por meio do conhecimento científico e da sua aplicação prática, os humanos dominariam a natureza, tornar-se-iam seus donos, adquirindo, assim, o direito de usufruir dela ‘sem qualquer custo’” (DESCARTES, 1989, p. 79 *apud* QUINTAS, 2009, p. 34).

Essa compreensão permite ao aluno o desenvolvimento de percepções relacionadas à educação e à sociedade, à educação e ao trabalho, à educação e à política, à educação e à economia, entre outras, que abrangem a atual problemática ambiental e, acima disso, a atual crise racional e civilizatória que temos vivenciado e que dogmatizou “mitos da acumulação progressiva e depurada do conhecimento científico, da inviolabilidade do sujeito humano, da ordem logocêntrica do mundo e das verdades universais” (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2005, p. 132). Essas percepções, quando desenvolvidas, convergem para a evolução do estado de consciência ingênua para o estado de consciência crítica do sujeito.

É absolutamente exequível uma formação para o ensino de Ciências, de História e de Geografia sob a égide da abordagem ambiental, pois essas áreas têm como figura principal o homem e suas ações situadas no tempo e no espaço, e não há como falar das ações humanas sem considerar seus impactos (benéficos e maléficos) para o ambiente, afirmação esta corroborada pela asserção de Charlot e Silva (2005), ao apontarem que:

Os homens produzem seus meios de existência, o que os distingue dos animais. Ao produzirem esses meios de existência, estão produzindo o meio no qual vivem. Em outras palavras, o homem não vive mais em uma natureza original – que não existe mais –, vive em uma natureza transformada por sua ação, “modificada pela história” (CHARLOT; SILVA, 2005, p. 68).

Considerando esta afirmação, compreende-se que o ensino de História, Geografia e Ciências e, quiçá, de outras áreas do conhecimento, tem como conteúdo intrínseco e implícito a contextualização das transformações espaço-temporais

protagonizadas pelo homem ao longo da produção dos seus meios de existência, provenientes do estabelecimento das culturas. E esse conteúdo, quando enxergado e trabalhado, apresenta condições de suscitar uma percepção crítica – que se distancia do sentimento romantizado e utilitarista do meio ambiente – das consequências dessas transformações.

É possível também que se trate de autonomia e gestão escolar chamando a atenção dos futuros professores para a importância do coletivo, da parceria, dos movimentos que emergem da sociedade civil na busca pela sensibilização e de soluções para várias questões que predominam dentro e fora do espaço escolar (má distribuição de renda, violência, fome, degradação ambiental etc.), frutos de um processo de ordenamento social dos bens ambientais na sociedade, que explicita uma ordem social “criada para servir a poucos e que se fundamenta na injustiça, na desigualdade social e no uso intensivo e predatório dos recursos naturais” (QUINTAS, 2009, p. 59).

Essa abordagem é passível de ser realizada, inclusive dando conta de não eximir da disciplina outras abordagens relativas aos conteúdos que também precisam ser realizadas. Porém, remetendo à abordagem ambiental, é possível afirmar que por seu intermédio é alcançável a promoção de uma formação docente, ainda que não haja o currículo ambientalizado elencado anteriormente.

Além disso, o curso oferta estágios supervisionados curriculares obrigatórios, no qual o aluno tem a oportunidade de experienciar a relação teoria-prática e a autonomia para desenvolver atividades relativas aos temas transversais, inclusive, o tema meio ambiente, e assim dar os primeiros passos para a promoção da educação ambiental. Oferece ainda atividades complementares de formação como a participação em Projetos de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação à Extensão (PIBIX) e de Iniciação à Docência (PIBID). Este último projeto foi o que abarcou maior quantitativo de discentes, permitindo-lhes a paralela vivência da relação teoria-prática e, tal qual a disciplina de Estágio Supervisionado, lhes possibilita autonomia para o desenvolvimento de projetos relativos à educação ambiental. Logo, considerando que o currículo não é composto apenas por disciplinas, os programas de extensão e iniciação científica e à docência apresentam-se como instrumentos para uma ambientalização da construção do conhecimento, e, ainda que não seja a mesma defendida pelos autores anteriormente elencados, é uma possibilidade que não deixa de ser legítima.

Entretanto, respeitada a autonomia pedagógica do professor, cabe a cada docente a escolha de realizar ou não essa abordagem em sua práxis, assim como de realizar essa

abordagem em disciplinas que não foram listadas por não apresentarem uma ementa contemplativa de abordagem ambiental, através do referencial bibliográfico indicado e das estratégias metodológicas escolhidas para o andamento da disciplina. Para tanto, há que haver por parte dos professores o entendimento dessa possibilidade que é também uma necessidade.

Desse modo, torna-se possível concluir que, do ponto de vista documental, o currículo do curso de Pedagogia desvela condições para a promoção de uma formação docente que pode ter uma abordagem ambiental ancorada na nuance crítica e transformadora da educação, tomando como intermediadora a interdisciplinaridade. Todavia, é preciso que os professores do curso compreendam essa possibilidade e estejam aptos para promovê-la em sua práxis docente.

Possibilidades para a formação ambiental no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes

O currículo do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes é composto por uma estrutura curricular que teve sua última reformulação no ano de 2015. Assim, atualmente, o curso é composto por 40 disciplinas, sendo 34 de caráter obrigatório e 06 de caráter optativo, o que perfaz um total de 146 créditos. Dessas 40 disciplinas, verificou-se que 17 apresentam conteúdos, em suas ementas, capazes de promover a educação ambiental, sendo que, correspondendo à categoria “educação ambiental explícita”, tem-se somente uma disciplina: Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências.

Nessa análise, foi verificado que a educação ambiental é apresentada como um conteúdo da disciplina Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências, diferentemente do que ocorre na Universidade Federal de Sergipe, que tem uma disciplina direcionada exclusivamente para a educação ambiental. Em que pese a observância desse fato, isso não quer dizer que nessa instituição a abordagem da educação ambiental tenha menor importância que na anterior, isso vai depender das estratégias utilizadas pelo docente da disciplina no decorrer do curso. Como se trata apenas de um tópico de uma ementa de uma disciplina, não é possível identificar a nuance de educação ambiental que é abordada na disciplina Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências.

Considerando a interdisciplinaridade do curso, verifica-se que as 17 disciplinas apresentam uma diversidade de conteúdos que perpassam diferentes áreas do

conhecimento, capazes de promover a educação ambiental sob a ótica do trabalho interdisciplinar, conforme é possível verificar no Quadro 02.

Quadro 02 – Conteúdos potenciais para uma formação ambiental no currículo de Pedagogia da Unit

Disciplina	Conteúdos
Seminários Integrados I, II e III (*) História da Educação (*) Práticas Extensionistas I e II (*)	Reflexão interdisciplinar sobre os temas transversais O Iluminismo e suas concepções de cultura e educação O papel da extensão universitária. Desenvolvimento de ações extensionistas.
Cultura Afro-Brasileira e Indígena (*)	O contato entre o europeu e o africano e a chegada dos africanos no Brasil. As diversas formas e tipos de escravidão. A cultura negra e a cultura indígena. A formação da sociedade nacional.
Fundamentos Antropológicos e Sociológicos (*) Filosofia e Cidadania (*)	O processo identitário do homem cultural e social. O homem e a organização da sociedade. Evolução do conhecimento. Escola e Sociedade. Ciência e Valores. Educação e Transformação. Ética e Cidadania.
Organização do Trabalho Pedagógico (*) Pedagogia Social (*)	LDB. Diretrizes Curriculares. Plano Nacional de Educação. Globalização e Identidade Social. Movimentos Sociais. Problemas sociais na sociedade contemporânea.
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências (*) Princípios do Ensino Médio e suas Modalidades (*) Educação de Jovens e Adultos (*)	Interdisciplinaridade entre os estudos de Ciências Naturais e a formação do espírito crítico. Educação Ambiental. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais. Valores, crenças, sentimentos concepções sobre o mundo, representações sociais.
Currículos e Programas na Educação Básica (*) Fundamentos e Metodologia do Ensino de História e Geografia (*) Educação e Saúde Escolar (*)	Currículo e práxis. O sentido da História e da Geografia. Saúde. Prevenção.

Fonte: Elaborado a partir das Informações extraídas do ementário do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

Legenda: (*) Disciplina obrigatória.

Os conteúdos que perpassam as disciplinas listadas são conteúdos que, sob a égide da interdisciplinaridade, apresentam condições para a promoção de uma educação ambiental crítica e transformadora. A exemplo disso é possível citar que as disciplinas Seminários Integrados I, II e III, ao tratarem especificamente dos temas transversais propostos pelo MEC, intrinsecamente estarão tratando de parâmetros “que devem garantir uma mesma qualidade na construção do currículo regional, mas atrelados e enfatizando a necessidade de restaurar a base material das escolas públicas” (CASTRO; SPAZZIANI; SANTOS, 2012, p. 168) e também do tema Meio Ambiente, elucidando, certamente, alguma nuance da educação ambiental. Ademais, a abordagem ambiental e o desenvolvimento da percepção do seu significado podem ser desvelados com os estudos relacionados à legislação educacional vigente, nos quais, em conformidade com os autores, são ressaltados, ainda que de forma vaga e dispersa, “a compreensão do

ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” (idem, p. 166).

Além dos temas transversais, conteúdos relacionados ao desenvolvimento da razão e à evolução do conhecimento são propícios para uma discussão de cunho crítico sobre a abordagem ambiental da produção científica que, ao tempo em que leva cada vez o sujeito ao esclarecimento, instrumentaliza seu pensamento e sua ação e o torna um senhor, “não apenas porque é o senhor ou se estabeleceu como senhor de toda a natureza, mas porque é senhor de si mesmos e de seus atos” (ARENDR, 2014, p. 178), sendo, portanto, livre para produzir e também para destruir.

O estudo sobre a cultura, seja ela indígena, africana, europeia ou de quaisquer povos, sobre a diversidade cultural e a multiculturalidade no Brasil, e sobre o processo identitário é também outra fonte para discussões interdisciplinares que promovem a abordagem ambiental da educação. Afinal, não há como tratar desses conteúdos sem considerar as diferenças entre os povos e os indivíduos, e sem “observar as variantes culturais a partir das quais grupos humanos interagem com a natureza, interagem entre eles e entre eles e os seus símbolos” (BRANDÃO, 2005, p. 83), resultantes de modos de vida imbuídos de significações distintas sob as lentes de diversas culturas. E compreender os *modus vivendi* é basilar para a compreensão da nuance crítica da educação ambiental.

O ensino de conteúdos relacionados à globalização e seus desdobramentos na contemporaneidade pode ser outro *locus* para a abordagem ambiental da formação docente, posto que a relação entre esse conteúdo e a problemática ambiental é indissociável. A respeito disso, Meira-Carrea (2005) aponta que a globalização e, principalmente, a globalização econômica é responsável pelas perversões econômicas, sociais e ecológicas que ludibriam “os riscos ecológicos que a sociedade industrial contemporânea produz” (p. 153). Corroborando esse entendimento está Porto-Gonçalves, ao afirmar que o mundo globalizado, que é o “mundo para ganhar dinheiro é o fim da humanidade” (2011, informação verbal⁵), uma vez que o consumo desenfreado, além de instrumentalizado, é estimulado através da construção do significado de que só é possível “o fortalecimento das identidades individuais e sociais por meio da aquisição de bens” (ZACARIAS, 2009, p. 119).

⁵ Afirmação feita durante entrevista concedida ao ICMBio, no ano de 2011, durante o Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade.

Currículo e práxis, valores, crenças, concepções sobre o mundo são conteúdos que propiciam o debate relacionado à educação ambiental crítica que, em seu caráter transformador, pressupõe como urgente a emancipação dos sujeitos e essa emancipação não ocorrerá enquanto o currículo for compreendido como um território em disputa pela reprodução de uma ideologia que utiliza como instrumentos a correlação de forças sociais, políticas e culturais. É interessante pensar que, mesmo sendo um campo de disputa, é também “o mais politizado, inovado, ressignificado” (ARROYO, 2013, p. 13). Apesar disso, o currículo permanece asfixiado pela mídia, pelos gestores, pelas avaliações, pela imposição de um currículo por competências, de um currículo único, pelo controle repressor dos docentes, entre outros fatores (idem). E isso acontece porque sutilmente ele se estabeleceu como um instrumento de poder, mas o mesmo poder que tem para reproduzir uma ideologia dominante, pode servir para promover uma educação crítica e pautada na abordagem ambiental da formação. Resta aos cursos de formação docente o desafio de romper com esse paradigma e formar futuros professores aptos a mediar a emancipação dos alunos desse processo reprodutor.

O ensino de conteúdos relacionados à saúde é outra abertura de caminho para a promoção da educação ambiental, uma vez que o termo saúde não faz menção exclusivamente às condições biológicas do organismo, mas também às condições do ambiente no qual estamos inseridos, e um ambiente saudável proporciona sensações benéficas ao organismo que se traduzem também em saúde, tanto é que vários pesquisadores já começam a considerar o conceito de saúde como ausência de doença um conceito falido, uma vez que a ausência de saúde é “consequência das condições de vida – incluindo aspectos relacionados à alimentação, ao salário, à educação, à paz, ao lazer e à justiça social” (GUIMARÃES, 2010, p. 13).

Desse modo, observa-se que o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes apresenta amplas condições para a promoção da educação ambiental através de práticas docentes interdisciplinares. As disciplinas e conteúdos listados, pelo teor diversificado, possibilitam o estabelecimento de relações sobre vários dos aspectos englobados na problemática ambiental, o que é bastante positivo, visto que permitem ao aluno a ampliação de seu horizonte e de sua percepção sobre o ambiente. Possibilitam também uma abordagem ambiental crítica da formação docente que seja capaz de desvelar ao aluno a complexidade da educação ambiental e a superação da visão ingênua, na qual lhe é atribuído um significado simplista e limitado de criticidade, conforme aponta Isabel Carvalho ao afirmar que:

O uso cada vez mais corrente e generalizado da denominação “Educação Ambiental” pode contribuir para uma apreensão ingênua da ideia contida nela, como se fosse uma reunião de palavras com poder de abrir portas para um amplo e extensivo campo de consenso. Com frequência se dissemina a ideia simplista de que, cada vez que essas palavras quase mágicas são mencionadas ou inseridas em um projeto ou programa de ação, imediatamente está garantido um campo de alianças e de compreensões comuns a unir todos os educadores de boa vontade desejosos de ensinar as pessoas a ser mais gentis e cuidadosas com a natureza. A expressão “Educação Ambiental” passou a ser usada como termo genérico para algo que se aproximaria de tudo o que pudesse ser acolhido sob o guarda-chuva das “boas práticas ambientais” ou ainda dos “bons comportamentos ambientais” (CARVALHO, 2012, p. 155).

Outrossim, o currículo em pauta – que não corresponde apenas às disciplinas, mas também a ações de pesquisa e de extensão –, assim como o que fora analisado anteriormente, embora não se enquadre na proposta de ambientalização curricular aqui debatida, não deixa de apontar indícios para a promoção de uma formação docente que pode ser pautada na abordagem ambiental da educação e que também é legítima.

Portanto, a partir da análise documental, torna-se possível concluir que a estrutura curricular do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes apresenta possibilidades para que se aborde uma educação ambiental crítica, emancipadora e transformadora, por meio de uma práxis capaz de desvendar aos futuros professores “uma ética fundamentada no reconhecimento do outro como um sujeito diferente de si, ao mesmo tempo, e por isso mesmo digno do maior respeito. E alteridade, nesse caso, tanto pode ser outro cidadão, como também a natureza” (RUSCHEINSKY; COSTA, 2002, p. 81).

REFLEXÕES FINAIS

De acordo com o exposto, observa-se que uma mudança de pensamento em relação à educação ambiental na estruturação curricular em cursos de nível superior apresenta-se como uma questão emergente para a promoção de uma formação ambiental, visto que se faz necessária a inserção da dimensão ambiental em uma perspectiva que proporcione aos futuros professores conhecimento e discernimento para não caírem em armadilhas paradigmáticas (práticas esvaziadas); empoderamento para o enfrentamento da hegemonia dominante e um processo formativo pautado na instrumentalização dos sujeitos para uma práxis participativa.

Embora a ambientalização curricular e a interdisciplinaridade como eixo curricular apresentem-se como caminhos para a superação da fragmentação do ensino, foi identificado nos currículos de Pedagogia das instituições pesquisadas que a dimensão ambiental ainda não se configura efetivamente, sendo apresentados indícios documentais, mas que remetem à condução do professor mediante as disciplinas ministradas. Trata-se mais de uma abordagem ambiental da práxis pedagógica que, propriamente, de uma dimensão ambiental.

Todavia, os resultados elencados não põem em demérito o currículo das instituições pesquisadas, pois apontam que a formação ambiental é uma proposição possível, desde que haja algumas modificações em relação à formação de pedagogos. As análises realizadas podem se constituir como contributos para avaliação, reflexão e ressignificação do currículo e da prática pedagógica.

Apesar disso, afirma-se que passos estão sendo dados e, independentemente de quais sejam, legitimam-se na busca pela promoção de uma formação crítica, o que é de fundamental significância, uma vez que a bandeira levantada por uma transformação ambiental curricular considerando a ambientalização e/ou a interdisciplinaridade não é mais válida que outras proposições, é apenas um caminho apontado. O mais necessário não é buscar definir uma “receita”, mas buscar possibilidades para que essa transformação possa se tornar concreta.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, M. I. O. **A dimensão ambiental no currículo do curso de formação de professores de Biologia**. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP. Tese de doutoramento, São Paulo, 2004.

ARAUJO, M. I. O. Educação ambiental para professores. In: ARAUJO, M. I. O.; SOARES, M. J. N. (Orgs.). **Educação ambiental**: o constructo de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas. Aracaju: Criação, 2010. p. 7-12.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BRANDÃO, C. R. **As flores de abril**: movimentos sociais e educação ambiental. Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Lei 9.795/1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1999. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> Acesso em 06 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em 21 de janeiro de 2015.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em < portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> Acesso em 19 de janeiro de 2015.

BRETAS, S. A. A atual reformulação do curso de Pedagogia da UFS segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia /2006. In: FREITAS, A. M. B.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **História e memória: O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-2008)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, R. S.; SPAZZIANI, M. L.; SANTOS, E. P. Universidade, meio ambiente e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 157-178.

CHARLOT, B.; SILVA, V. A. Relação da natureza com a educação ambiental. In: SÁTO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 67-78.

GALLO, S. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 17-42.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. In: SÁTO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 121-135.

GUERRA, A. F. S. Educação ambiental e sustentabilidade: a ambientalização curricular nas práticas docentes. Fala proferida na mesa-redonda Educação socioambiental da 63ª Reunião anual da SBPC – Julho/2011. s.p. In: **Anais da 63ª Reunião anual da SBPC**. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/PDFs/arq_1246_338.pdf> Acesso em 21 de abril de 2015.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Ambientalização curricular na Educação Superior: desafios e perspectivas. In: **Educar em Revista**. Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126. Curitiba: Editora UFPR, 2014. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/38110/23611>> Acesso em 12 de dezembro de 2014.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: Sentido e formas de uso. Paredes, Portugal: Principia, 2014.

GUIMARÃES, F. T. **Educação ambiental como domínio da promoção da saúde**: conversações pedagógicas no âmbito da estratégia de saúde da família. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Nilópolis, 2010. Disponível em <www.ifrj.edu.br/webfm_send/3036> Acesso em 12 de maio de 2015.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 3.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. Ambientalização sistêmica – do currículo ao socioambiente. In: **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 269-290, Jan/Abr 2012.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: **Olhar de professor**. Nº 14. Ponta Grossa: 2011. p. 309-335. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>> Acesso em 30 de março de 2015.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MEIRA-CARTEA, P. A. A catástrofe do prestígio: leituras para a educação ambiental na sociedade global. In: SÁTO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 151-179.

MORIN, E. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E. & LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A instrumentalização do desejo humano**. Entrevista concedida ao ICMBio, no ano de 2011, durante o Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=YcAQVYpW2LU>> Acesso em 21 de Março de 2015.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-79.

RUSCHEINSKY, A; COSTA, A. L. A educação ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 73-90.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias críticas do currículo**. 3. ed. 4. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental e políticas públicas**. Palestra proferida durante o “Painel de Debates sobre a Educação Ambiental: Os desafios atuais da educação ambiental no contexto nacional” promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. 07 de fevereiro de 2013. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=G9fk3tBADTY>> Acesso em 16 de março de 2015.

UNIVERSIDADE TIRADENTES. **Curso de Pedagogia**. Disponível em<
<http://www.unit.br/cursos/cursos-graduacao/pedagogia/>> Acesso em 02 de junho de 2015.

ZACARIAS, R. “Sociedade de consumo”, ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 119-139.